



162

23
✓

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 155610-3/03

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: RECAL - RECIFE ROUPAS E CALÇADOS LTDA.

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL E OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INCONFORMISMO COM O MÉRITO DA DECISÃO EMBARGADA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

5248
Aberto

- O Acórdão ora vergastado não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que inexiste obrigação para que o magistrado analise todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.

- Na verdade, o que o embargante pretende é a rediscussão da matéria meritória já decidida no teor da decisão embargada, o que é vedado em sede de Embargos de Declaração.

- Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.

dm

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 155610-3/03, em que é Embargante o ESTADO DE PERNAMBUCO e Embargado RECAL - RECIFE ROUPAS E CALÇADOS LTDA., acordam os Exmos. Srs. Desembargadores

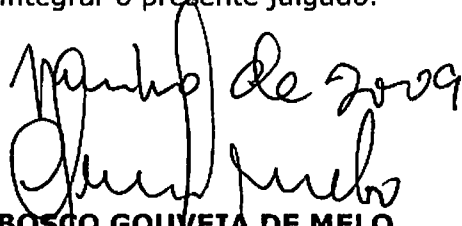


163 24
2

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, mantendo incólume o Acórdão embargado, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 09 de Junho de 2009



Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Presidente -



164 25
v

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 155610-3/03

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: RECAL – RECIFE ROUPAS E CALÇADOS LTDA.

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco interpôs os presentes Embargos de Declaração com pedido de efeito infringente em face de Acórdão proferido, nos autos do Recurso de Agravo nº 155610-3/02, pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Argumenta o Embargante que há erro material e omissão no acórdão recorrido, requerendo o pronunciamento explícito a respeito da aplicação do art. 262 do CPC e do art. 35, III e VII da LC 35/79, quanto ao impulso oficial do processo.

Devidamente intimado, o Embargado deixou de apresentar suas contrarrazões.

É o relatório.

Recife, 09

João Bosco Gouveia de Melo
de 2009

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



165

26
2

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 155610-3/03

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: RECAL – RECIFE ROUPAS E CALÇADOS LTDA.

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL


VOTO

Trata-se de Embargos Declaratórios com pedido de efeito infringente interpostos com o escopo de que sejam sanadas supostos erro material e omissão de que se encontraria eivado o *Decisum*.

Requer, ademais, o prequestionamento explícito a respeito da aplicação do art. 262 do CPC e do art. 35, III e VII da LC 35/79, quanto ao impulso oficial do processo.

A decisão, objeto do presente Recurso Integrativo, e que julgou o Recurso de Agravo, não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos, posto que os alegados erro material e omissão tratam-se, na verdade, de um inconformismo com o teor da decisão ora embargada.

Ademais, o magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.

 Nesses casos, em que o Embargante pretende rediscutir a matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, não merecem os Embargos prosperarem.



166

27
2

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo as decisões abaixo colacionadas:

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Omissis

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no REsp 775241 / SP ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2005/0139167-7; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).

Am

Cabe esclarecer que, ante a inoccorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos também não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do CPC.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

"Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. FINALIDADE DE



167 28
2

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

PREQUESTIONAMENTO. 1. Inocorrentes as hipóteses de omissão e contradição, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a reapreciação de prova documental acostada aos autos, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC; 2. Mesmo com o fim de prequestionamento, se a decisão não está eivada de quaisquer desses vícios, os embargos não podem ser conhecidos, sob pena de afronta ao Art. 535 do CPC; 3. O magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes se apenas uma delas tem força para firmar sua convicção. Precedentes do TRF-5ª Região; 4. **Embargos rejeitados, à unanimidade." (Grifos Acrescidos)**

(Embargos de Declaração: 113140-6/01; Relator: Santiago Reis. Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível. Publicação: Nº DJ: 105 Data da Publicação: 07/06/2005)

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela **rejeição** dos presentes Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 155610-3/02.

É o meu voto Srs. Desembargadores

Recife,

09 de Junho de 2009

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -